



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça Redação e Legislação Participativa

Projeto de Lei nº 95/2025

Autor: Vereador Carlão Pelo Bem

**PARECER**

PROJETO DE LEI N. 95/2025. DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES A DANÇAS E MÚSICAS QUE ALUDAM À SEXUALIDADE PRECOCE, CRIME ORGANIZADO E APOLOGIA AO USO DE DROGAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. CONSTITUCIONALIDADE.

**I- RELATÓRIO.**

Cuidam os autos de Projeto de Lei n. 95/2025 de autoria do Vereador Carlão Pelo Bem, cujo objetivo é proibir no âmbito das escolas municipais, a realização de danças em eventos escolares cujas coreografia sejam obscenas, pomográficas e/ou exponha crianças e adolescentes à erotização precoce; A promoção e/ou ensino, pelas autoridades da rede de ensino, da prática de danças cujo conteúdo ou movimentos sujeitem à criança e/ou adolescentes à exposição sexual; Utilização de músicas que façam apologia ao crime organizado e ao uso de drogas.

O Projeto conceitua o que é obsceno ou pomográfico, delimitando coreografias que aludem a prática de relação sexual ou de atos libidinosos. De igual forma, detalha a apologia ao crime organizado e o uso de drogas, tratando como qualquer manifestação que exalte, enalteça, justifique ou normalize a atuação de organizações criminosas ou o consumo ilícito de substâncias entorpecentes, bem como a incitação, incentivo ou indução a tais práticas.



ESTADO DA PARAÍBA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça Redação e Legislação Participativa

Preconiza que as atividades desenvolvidas pelas escolas, dentro ou fora do seu espaço territorial, inclusive em eventos fora do município, desde que promovidas ou patrocinadas por elas, em local público ou privado, são consideradas de sua responsabilidade.

Em caso de descumprimento, o pai ou responsável pela criança ou adolescente poderá solicitar a imediata paralização da dança ou evento, representando os responsáveis à administração da rede de ensino.

Nessa esteira preconiza que as escolas municipais poderão incluir em seu projeto pedagógico medidas de conscientização, prevenção e combate à erotização infantil (sexualização precoce), ao uso de drogas ilegais e à apologia ao crime organizado.

Esclarece, ainda, que a medida não se aplica a qualquer modalidade de dança e música, inclusive manifestação cultural.

A pretensão se encontra acompanhada da devida justificativa. Em apertada síntese, eis o relatório. Passamos opinar.

## II- FUNDAMENTAÇÃO.

Analisando o conteúdo do Projeto de Lei em questão, verifica-se que o eminente Parlamentar pretende proibir no âmbito das escolas municipais, a realização de danças em eventos escolares cujas coreografia sejam obscenas, pornográficas e/ou exponha crianças e adolescentes à erotização precoce; A promoção e/ou ensino, pelas autoridades da rede de ensino, da prática de danças cujo conteúdo ou movimentos sujeitem à criança e/ou adolescentes à exposição sexual; Utilização de músicas que façam apologia ao crime organizado e ao uso de drogas.

Inicialmente, constata-se que o Projeto ora em comento está em total harmonia com os ditames Constitucionais.

e



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
**Casa Napoleão Laureano**

Comissão de Constituição, Justiça Redação e Legislação Participativa

De fato, compulsando atentamente o texto da Carta Magna, notadamente, no seu artigo 30, inciso I, que trata da competência dos Municípios, se denota de forma clarividente, que é garantido ao Município legislar sobre matérias de interesse local, o que de fato é exatamente o caso dos autos.

A pretensão legislativa tem como escopo primordial preservar o desenvolvimento saudável da criança e adolescente, vedando a exposição destes a conteúdos tenham influência direta no aumento da violação da dignidade sexual de mulheres e dos casos de estupro de vulneráveis, além de combater a exposição de vetores que façam apologia ao crime organizado e ao uso de drogas.

De fato, a normalização de tais posturas e práticas contribuem, inegavelmente, para influência negativa no desenvolvimento social e educacional das crianças e adolescentes da nossa cidade.

Por outro lado, urge ressaltar que o Projeto não invade competência exclusiva do Poder Executivo, pois, não versa sobre regime jurídico dos servidores; nem sobre cargos, funções e empregos públicos na administração direta e indireta e sua remuneração; criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município, bem como, sobre orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual, o que, de fato estaria em rota de colisão com o artigo 30 da Lei Orgânica do Município.

Cumprе registrar que a esta Comissão cabe o exame da constitucionalidade e legalidade dos projetos de lei (Art. 42, inciso I do RI). Estando a proposição de acordo com a Constituição Federal (Art. 30, inciso I), com a Constituição Estadual (Art. 21, §1º da Constituição Estadual), com a Lei Orgânica do Município (Art. 29 da LOM), bem como, o próprio Regimento Interno da Câmara Municipal (Art. 136 Regimento Interno), não se vislumbram motivos jurídicos para o impedimento da tramitação do presente Projeto de Lei.



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

**Casa Napoleão Laureano**

Comissão de Constituição, Justiça Redação e Legislação Participativa

É de bom alvitre salientar que a medida se encontra em simetria com a própria Constituição Federal que no seu art. 227, garante ao Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à dignidade, ao respeito, salvando-o de toda forma negligente, discriminatória de violência ou exploração.

Nessa esteira, e não menos importante, caminha a Lei Federal 8.069/90 garantindo a proteção integral às crianças e adolescentes.

Registra-se, ainda, que se trata de competência comum de todos os entes federativos zelar pela guarda da Constituição, das leis, e das instituições democráticas, visando sempre à proteção do bem comum.

Por este prisma, se verifica a plena viabilidade e a constitucionalidade do presente Projeto.

### III- CONCLUSÃO.

Ante o exposto, opinamos pela Constitucionalidade do Projeto de Lei n. 95/2025 pelos argumentos acima elencados.

Salvo melhor juízo.

É o parecer.

João Pessoa – PB, em 27/03/2025.

Fernando Paulo Camilho Milanez Neto  
Vereador – Relator



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
**Casa Napoleão Laureano**

Comissão de Constituição, Justiça Redação e Legislação Participativa

**PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação opina pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei n.º 95/2025, por estar em harmonia com a Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e Regimento Interno desta casa, desse modo, conclui pela emissão de **PARECER FAVORAVEL** à sua aprovação.

Salvo melhor juízo.

É o parecer.

João Pessoa - PB, em 27/03/2025.

Damásio Franca Neto  
Vereador Presidente

Valdir Trindade  
Vereador Vice-Presidente

Marcos Vinicius  
Vereador Membro

Carlão Pelo Bem  
Vereador Membro

Milanez Neto  
Vereador -Relator

Durval Ferreira  
Vereador Membro

Odon Bezerra  
Vereador Membro